

## TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS: BREVE ANÁLISE PARA A COMPREENSÃO DAS PROPOSTAS DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA (PQA) E PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO (PCA)<sup>1</sup>

**Eloísa A. Cerino Rosa Lima**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) / Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

[elocerino@gmail.com](mailto:elocerino@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve discussão sobre o que se entende por “paradigmas”, para compreender e registrar as teorias defendidas pelos paradigmas do capitalismo agrário (PCA) e da questão agrária (PQA). Do ponto de vista metodológico optamos por uma revisão bibliográfica de três autores contemporâneos: Campos e Fernandes (2013) e Felício (2011; 2014), que abarcam alguns dos principais autores que discutem tais pressupostos. A discussão se dará a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn, em 1962, afirmando que o conceito de paradigma é utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo amplamente empregado e suscetível a múltiplas interpretações e leituras.

Faz-se necessário evidenciar que o conceito de “paradigma”, de acordo com Campos e Fernandes (2013), pode ser entendido em dois momentos. O primeiro origina-se na Grécia (paradeigma) com Platão – Teoria da Ideias - e “seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às ideias” (JAPIASSU; MARCONDES, 1993 *apud* CAMPOS; FERNANDES, 2013, p.225). O segundo surge a partir da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), elaborada por Kuhn, onde o conceito “ganha centralidade, incluindo um amplo, diverso e disperso espectro de significados” (CAMPOS; FERNANDES, 2013, p.225), atribuindo vários sentidos para o conceito e conseqüentemente, diversas interpretações nos diversos campos do conhecimento.

Pesquisadores analisam a realidade e tentando compreendê-la, desenvolvem fórmulas explicativas para a mesma, contribuindo assim para a construção de paradigmas. A defesa de um paradigma ou outro, de acordo com Felício (2011, p. 6) configura-se como “uma forma de filiação a um dos paradigmas interpretativos” e “revelam as identificações dos pesquisadores com os principais elementos das visões de mundo e das concepções filosóficas defendidas pelos paradigmas”.

Aqui trilharemos o caminho da Geografia Agrária, a fim de adentrarmos nos paradigmas da questão agrária, que tem seus elementos estruturantes constituídos pelo campesinato e pelo

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi produzido a partir da disciplina “Metodologia da Pesquisa”, oferecida pelos Professores, Dr.º Bernardo Mançano Fernandes e Dr.ª Janaina Francisca de Souza Campos, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em outubro de 2015.

capital, para assim discutirmos o objeto principal deste trabalho, que é registrar e compreender o que se entende por Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), que se configuram como duas linhas de pensamento, com posturas e interesses distintos para o estudo do campo. Felício (2011, p. 6) compreende a construção destes dois paradigmas “como resultado das construções teóricas e metodológicas que procuram interpretar as realidades através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto a outra defende a sua manutenção”.

### **PCA E PQA: PARADIGMAS DISTINTOS EM CONSTANTES DISPUTAS.**

O conceito de paradigma permeia o desenvolvimento da atividade científica, pois de acordo com Campos e Fernandes (2013, p. 226), a construção do conhecimento constitui-se como um:

[...] processo dinâmico, marcado por crises e superações, e mediado por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não é concebido dentro de princípios baseados na continuidade, mas sim nos mecanismos de ruptura, chamados por Kuhn (2007) de *revoluções científicas*.

Campos e Fernandes (2013, p. 227) afirmam ainda que:

Para Kuhn, a ciência é inerente a práticas socialmente compartilhadas e progride em meio a um contexto de disputas, crises e rupturas, instigadas pelas comunidades científicas divergentes que levam a ciência ao aprimoramento e ao progresso. É exatamente por desvelar esses processos de tensões e crises, que a mesma supera-se, sempre apresentando melhores níveis de desempenho qualitativo, embora, para Kuhn, qualidade não seja sinônimo de evolução. Ainda, a atividade científica é governada por visões de mundo, cujo embasamento não está fundamentado, apenas, nos critérios experimentais da regularidade e da quantificação, que reduzem a complexidade dos fatos. [...] Kuhn destrói a ortodoxia reinante sobre a natureza da ciência e propõe novos atributos que procuram explicar as mudanças científicas, em que os fatores sociais desempenham um papel determinante.

Diante destas teorias, podemos compreender os paradigmas como pensamentos que constroem interpretações e visões de mundo, relacionados a temas selecionados.

Tratando-se do contexto geográfico, podemos afirmar que a geografia sempre percorreu diversos caminhos teóricos e metodológicos, abarcando várias abordagens e superando-se na construção do conhecimento, em constante processo de transição paradigmática. Para Campos e Fernandes (2013, p. 246), é a partir de Kuhn que o conceito de paradigma ganha espaço e “abre espaço para que outros autores possam dialogar e elaborar um pensamento mais crítico”, pois sua proposta proporciona “elementos críticos para a construção de uma interpretação coerente com a Ciência Geográfica”.

De acordo com os autores, a obra de Kuhn:

[...] trouxe a discussão para a disputa no interior das comunidades científicas e enfatizou a atuação destas no partilhamento e na seleção de paradigmas. Este

selecionamento, embasado pelo método e pela teoria - também despontados na obra kuhniana e que merecem ser aprofundados - conformam *diferenças paradigmáticas* entre os estudiosos, isto é, indicam para a diferencialidade paradigmática que o pensamento geográfico apreende (CAMPOS; FERNANDES, 2013, p. 246).

Esta diferencialidade paradigmática é entendida por campos e Fernandes (2013, p. 246) como a “diversidade das formas de organização do pensamento que, guiadas por um paradigma de estudo, fazem parte do pensamento geográfico, disputando adeptos, conformando grupos de pesquisa e consolidando linhas de pesquisa nos meios de publicação”, como é o caso do PQA e do PCA.

Para os grupos de estudo do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), as questões agrárias não são questões conflituosas, e sim, questões conjunturais que não dependem de transformações estruturais. De acordo com Campos e Fernandes (2013, p. 234), o PCA defende que a solução para os problemas do campo “respalda-se na integração dos pequenos produtores rurais ao sistema capitalista, ou seja, na pluriatividade, com a gradativa proletarização do camponês, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo”. Em contraponto a este pensamento, está a vertente do Paradigma da Questão Agrária (PQA), que comunga da ideia de que a problemática do campo está diretamente ligada a luta de classes, orientando seus estudos para a perspectiva de superação do modelo estrutural, enfrentamento à lógica capitalista e defesa da (re) criação do campesinato por meio da luta pela terra. Enquanto o PQA entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende esta mesma questão como um problema conjuntural, portanto, estas duas vertentes de estudos caminham em sentidos opostos, como tentaremos explicitar neste trabalho.

## **PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

Para a vertente do Paradigma do Capitalismo Agrário, segundo Felício (2014, p.17) o desenvolvimento da agricultura é uma questão conjuntural que reflete “as interligações entre o agronegócio e a agricultura familiar, como partes do mesmo projeto para desenvolver a agricultura”. Para ele (2011, p. 5), esta vertente de pensamento acredita que os problemas agrários são criados pelo capitalismo, portanto podem ser resolvidos por ele próprio “não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma”.

O PCA trabalha com duas tendências internas: a “agricultura familiar” (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991 apud FELÍCIO, 2011, p. 5) e o “agronegócio” (NAVARRO, 2010; SILVA, 1981, apud FELÍCIO, 2011, p. 5). As teorias que compõem esse paradigma entendem que o capitalismo por si só, consegue planejar e realizar ações no sentido de resolver problemas que surgem no desenvolvimento da agricultura, portanto não existem razões para tratar da questão agrária. De acordo com o autor:

[...] a perspectiva do campesinato consiste na sua inserção competitiva no mercado, quando, o camponês cede o seu lugar para o agricultor familiar. [...] o campesinato deixa de ser um modo de vida, incorpora tecnologia e, integrado no mercado, se transforma em agente econômico. (FELÍCIO, 2011, p. 101).

Segundo Felício, estão nas análises de Mendras (1984), Lamarche (1993), Abramovay (1998) e Silva (1981), algumas proposições que nos ajudam na compreensão da perspectiva do campesinato para a vertente do PCA.

Mendras (1984) acredita que a única perspectiva para o campesinato é sua total integração ao mercado, deixando de ser camponês e transformando-se em agricultor familiar, produtor de mercadorias, agente econômico incorporado a tecnociência. Lamarche (1993) afirma que é a integração na economia de mercado e de consumo que define o ser camponês ou o ser familiar. Para ele o familiar configura desenvolvimento, pois se organiza de acordo com a economia de mercado, o camponês “estagnação, diminuição ou mesmo sua eliminação”, “por não permitir acesso suficiente à sociedade de consumo”. (LAMARCHE, 1993, apud FELÍCIO, 2011, p.111).

Abramovay (1998) entende que a agricultura familiar e a agricultura camponesa se distinguem, pois o ambiente onde se desenvolve a agricultura familiar é o ambiente que vai asfixiar a agricultura camponesa. Segundo ele, o sistema econômico “ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento”, e por consequência “o futuro do camponês consiste em se metamorfosear em agricultor familiar”, pois “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1998, apud FELÍCIO, 2011, p. 116). Silva (1981) nos afirma que o avanço do capitalismo na agricultura provocou grandes transformações nas relações de produção e obrigou a agricultura a responder as necessidades da industrialização.

Para Felício (2011, p.124),

[...] as pequenas unidades produtivas, as quais deixaram de ser produtoras de subsistências para dirigir sua produção para o mercado. Silva ressalta que a agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais. O processo agropecuário se industrializou formando os complexos da soja, do leite, da cana de açúcar, da laranja. Para possibilitar seu desenvolvimento começa se aprofundar uma integração entre capitais financeiros, industriais, tecnológicos dentro da agricultura. Neste cenário altera a função da pequena produção.

Sendo assim, o PCA caminha no sentido de acreditar que o campesinato se integrará as relações mercantis, se adaptará as exigências da agricultura moderna, se transformando em agricultor familiar, ou seja, torna-se uma forma de trabalho, uma profissão, aquilo que antes era um modo de vida.

## **PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA**

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Para a vertente do Paradigma da Questão Agrária, a questão agrária no capitalismo é uma questão estrutural, pois as perspectivas do campesinato e as perspectivas do capital são irreconciliáveis. Portanto, de acordo com Felício (2011, p. 5) “sua superação está na construção de uma outra sociedade”. Esta vertente defende a ideia de que o campesinato sempre buscou encontrar alternativas para criar e se recriar no campo, de maneira independente e autônoma ao sistema capitalista. Felício analisando Kautsky (1986), afirma que a agricultura capitalista provoca mudanças na agricultura camponesa, que tem como uma das consequências, a expulsão dos camponeses do campo, formando grande exército de reserva de força de trabalho nas cidades, porém uma parte destes camponeses “voltará sempre a ressuscitar como pequenos rendeiros.” (KAUTSKY, 1986 apud FELÍCIO, 2011, p. 46).

O autor afirma que onde o capitalismo se impõe, ele transforma ou destrói o campesinato, pois assume formas próprias na agricultura, “transforma as concepções, os valores econômicos e culturais, as relações sociais e de trabalho através da sua divisão social e sexual do trabalho” (2011, p. 48), estruturando-se por meio de dois pilares fundamentais: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas”. Com isso a terra “se torna produtora de mercadorias” e respectivamente os lotes isolados também se “transformam em mercadorias”. (KAUTSKY, 1986, apud FELÍCIO, 2011, p.48).

Felício ressalta ainda, que a existência na sociedade capitalista se dá por meio do estabelecimento de dois mecanismos de exploração agrícola. Primeiro pelo “grande que emprega animais, ferramentas e mão de obra assalariada”, e segundo pelo pequeno que “faz uso de animais, ferramenta e mão de obra familiar” (FELÍCIO, 2011, p.49). Ou seja, mesmo que a agricultura cada vez mais se ajuste aos padrões capitalistas, as técnicas empregadas pelos pequenos produtores na mesma, são totalmente distintas das técnicas usadas pelos grandes produtores, isso faz toda diferença.

O autor continua seu raciocínio, agora com base em Lênin, afirmando que apesar da tendência fundamental do capitalismo ser a “eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura” (LÊNIN, 1980 apud FELÍCIO, 2011, p. 54), o campesinato segue lutando e se desenvolvendo.

[...] o campesinato não é parte do capitalismo por desenvolver outra lógica ao ocupar o território e nele estabelecer relações de produção que não são as mesmas do capitalismo. Portanto, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele. Essa questão estrutural está no centro da questão agrária como foi analisada por Lênin (FELÍCIO, 2011, p. 54).

Agora em Chayanov (1974), Felício continua:

[...] o campesinato continua existindo com o capitalismo, se desenvolve nele, fazendo e, contraditoriamente não faz parte dele, por ser guiado por outra lógica. E, estando no capitalismo é necessariamente um produtor de mercadorias, participa do mercado sem, contudo, ser transformado em capitalista. A lei do valor

não se efetiva na produção camponesa porque ela é orientada por dinamismos próprios, sem ser norteadada exclusivamente pelo lucro, como o que ocorre com a produção capitalista (FELÍCIO, 2011, p. 55).

Segundo o autor, Chayanov (1974) contribui para a análise de que as lutas camponesas se intensificam e se internacionalizam, adquirindo novos significados e demonstrando que o agronegócio não é a totalidade, como alguns acreditam. Neste mesmo sentido, corroboram as contribuições de Luxemburg (1985), que ressalta que há diversas formas de se produzir, e que a forma capitalista não é única e exclusiva:

[...] a produção capitalista não é, na verdade, a forma única e exclusiva existente de se produzir. Em todos os países capitalistas e mesmo nos altamente industrializados existem, além dos empreendimentos industriais e agrícolas de cunho capitalista, numerosos estabelecimentos congêneres mantendo uma linha simples de produção mercantil. [...] Essas formas todas de sociedade ou de produção não só existem ou coexistem em perfeita harmonia com o capitalismo como também desenvolveram-se entre elas e o capital europeu um processo intenso e *sui generis* de trocas desde o início da era capitalista (LUXEMBURG, 1985 apud FELÍCIO, 2011, p. 61-62).

Com base nos autores, podemos perceber que a multidiversidade é uma característica do campesinato e uma de suas estratégias para prosseguir sobrevivendo, pois a agricultura realizada do jeito camponês representa a resistência que se expressa em vários níveis e envolve diversos atores. Portanto, para a vertente do PQA, mesmo que o capital altere todas as relações de produção e tente proletarizar toda mão de obra da agricultura, uma parte do campesinato sempre irá construir alternativas para continuar sua reprodução, pois sabe encontrar maneiras de sustentar e manter sua existência dentro do capital, sendo e ao mesmo tempo não sendo parte dele.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no exposto, constata-se que a vertente do paradigma da questão agrária (PQA), defende a ideia de que o agricultor familiar e o camponês são o mesmo sujeito, que resistindo aos avanços do capitalismo, buscam estratégias e alternativas para se recriarem em seu jeito camponês de fazer agricultura.

Já a vertente do paradigma do capitalismo agrário (PCA), reúne diversos argumentos, com os quais afirma serem sujeitos distintos, pois o camponês com o processo de tecnificação se metamorfoseia em agricultor familiar, transformando-se em produtor de mercadorias.

Nesse sentido, fica-nos claro que as teorias do PQA defendem que as perspectivas para o campesinato são construídas como alternativas distintas do capital, e que as perspectivas do PCA para o campesinato são idênticas às do capital.

## **REFERÊNCIAS**

CAMPOS, J. F. S.; FERNANDES, B. M. **O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia agrária.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: [s.n], v.1-2. 2013.

FELÍCIO, M. J. **Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário.** In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. (Orgs). Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT - UNESP, Campus de Presidente Prudente. 2011.